



doi: <http://dx.doi.org/10.7213/psicolargum.35.88.23360>

Atuação do psicólogo frente às demandas em unidades dos CRAS

Psychologist's role and demands in units of CRAS

Cláudia Benites Schibulski^[a], Janaína P. L. Pietro de Oliveira^[b], Jamir Sardá Jr. ^[c], Carlos Eduardo Maximo^[d], Daniela Arinõ ^[e].

^[a]Psicóloga do CRAS de Bombinhas, SC, Brasil. clau21.psico@gmail.com

^[b]Psicóloga clínica. Balneário Camboriú, SC, Brasil. janainadipietro@gmail.com

^[c]Professor do curso de Psicologia e do Programa de Pós Graduação em Saúde e Gestão do Trabalho da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Itajaí, SC, Brasil. Psicólogo clínico da Espaço da ATM e Soma Clínica de dor. jamirsarda@hotmail.com

^[d]Psicólogo. Professor do curso de Psicologia e do Programa de Pós- Graduação em Saúde e Gestão do Trabalho da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Itajaí, SC, Brasil. carlosmaximo@univali.br

^[e]Psicóloga. Mestranda pela Universidade Federal de Santa Catarina. daniela.arino@gmail.com

Resumo

Esta pesquisa visou examinar a atuação do psicólogo em unidades dos CRAS (Centro de Referência em Assistência Social) e descrever os desafios encontrados pelo psicólogo nesta área de atuação. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, exploratória e descritiva, realizada em uma amostra de conveniência, utilizando como técnica de coleta de dados a entrevista semiestruturada. Foram entrevistadas nove psicólogas lotadas nas unidades do CRAS da região do Vale do Itajaí e Florianópolis – SC. A análise do

material foi realizada através da análise de conteúdo. Os resultados apontaram que a atuação do psicólogo no CRAS, ainda é recente e permeada por limitações na formação e dificuldades na delimitação do seu papel na instituição. Foi possível também identificar a insatisfação do profissional com a gestão pública. Os resultados sugerem que é necessário ampliar a formação do psicólogo para subsidiar a atuação na rede de atenção psicossocial organizada a partir das políticas públicas, bem como, construir outras formas de atuação, mais coadunadas com as demandas da população atendida.

Palavras-chave: Centro de Atenção Psicossocial, Psicologia, Políticas Públicas

Abstract

This research aimed to examine the psychologist role in units of CRAS (Reference Center for Social Assistance) and describe the challenges faced by the psychologist in this area of activity. This is a qualitative, exploratory and descriptive, conducted with in a convenience sample, using as a data collection technique a semi-structured interview. Nine psychologists were interviewed at CRAS units of Itajai Valley region and Florianópolis - SC. The analysis of the material was performed by content analysis. The results showed that the psychologist role in CRAS is a novel area and permeated by limitations during graduation and difficulties in defining its role in the institution. It was also possible to identify professional dissatisfaction with public management. The results suggest that it is necessary to expand the training of psychologists to support the activities in the network of psychosocial care organized from public policies, as well as build other forms of action, more coadunated with the demands of the population served.

Keywords: Reference Center for Social Assistance; Psychology; Public policies.

Introdução

O Brasil é um país marcado por desigualdades socioeconômicas que resultam em reduzido acesso à educação, à saúde, ao trabalho e à previdência social. Diante deste contexto, o estado Brasileiro, estabelece objetivos, princípios e diretrizes, determinando que a assistência social seja organizada em um sistema descentralizado e participativo, composto pelo poder público e sociedade civil, com a meta de desprender-se dos tradicionais modelos assistencialistas, possibilitando à promoção dos direitos à cidadania (Ministério de Desenvolvimento Social e de Combate a Fome, 2005). Ações e políticas coordenadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) implantam o SUAS, Sistema Único de Assistência Social visando articular meios e recursos para executar programas e serviços implementando benefícios sócio assistenciais (Ministério de Desenvolvimento Social, 2009), promovendo o bem-estar e a proteção social à famílias e indivíduos, visando a prevenção de riscos sociais a que determinadas populações estão expostas.

A proposição de políticas sociais de proteção estabelece no âmbito da relação estado e sociedade no Brasil um tensionamento frente à responsabilidade de promoção de justiça social. Neste contexto a atuação profissional do psicólogo nas políticas de assistência social envolve atores institucionais como as universidades e seus pesquisadores, com o intuito de compreender as necessidades de desenvolvimento, fortalecimento e sustentabilidade de pessoas, famílias e comunidades, assim como da proposição de conhecimento e tecnologias sociais que subsidiem profissionais e técnicos no trabalho com as demandas da população.

Centro de Referência em Assistência Social (CRAS)

O CRAS atua de forma direta na elaboração e prestação de serviços sócio assistenciais à famílias e indivíduos, que buscam por orientação e melhor adaptação ao convívio social, visando proporcionar a essa demanda um maior vínculo afetivo e social, a identidade grupal e a mediação das relações com seus membros e instituições (Silva & Corgozinho, 2011). O desenvolvimento destas políticas necessita de um modelo de atuação com sustentabilidade teórico-prática que garanta a segurança e efetividade destas. Reis e Cabreira (2013) descrevem algumas das atividades realizadas nesse contexto: recepção e pré-atendimento, reunião da acolhida, escuta qualificada, visita domiciliar, elaboração de plano de ação familiar, acompanhamento familiar, ações socioeducativas, ações de capacitação profissional, ações de inserção produtiva, ações intersetoriais e monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas.

Os princípios e as políticas públicas que regem os serviços socioassistenciais descritos acima, somente são possíveis de serem postos em prática mediante a formação de uma equipe interdisciplinar, que é composta por: Coordenadores, Assistentes Sociais, Psicólogos, Estagiários, Auxiliar Administrativo e Educadores Sociais.

Em relação ao planejamento das ações baseadas nas políticas de assistência social em contextos de risco e vulnerabilidade social, o psicólogo, juntamente com o assistente social, é corresponsável pelo planejamento das ações baseadas nestas políticas. Suas intervenções devem ter caráter psicossocial, desenvolvendo projetos na perspectiva interdisciplinar (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009). Neste contexto, a atuação do psicólogo pressupõe uma atuação interdisciplinar que favorece a criação de um sistema de trabalho cooperativo entre os trabalhadores, gestores e usuários na realização de ações coletivas organizadas para a garantia dos direitos sociais.

Atuação do psicólogo no CRAS

As atividades desenvolvidas pelo psicólogo devem ter compromisso com a diminuição do sofrimento do grupo social, para isto torna-se importante o conhecimento das peculiaridades das comunidades, permitindo alcançar o entendimento de suas carências e condições sociais, histórica, culturais e políticas. As premissas da atuação do psicólogo no CRAS devem se basear em uma atuação interdisciplinar, valorizando ações que contribuam com os espaços e processos de participação e mobilização social, favorecendo o exercício da cidadania ativa e autônoma, diante das situações de vulnerabilidade (Crepop, 2007).

Esta é uma nova área de atuação do psicólogo, uma vez que é somente a partir dos anos 80 que se iniciaram os trabalhos realizados nas comunidades com o apoio da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), quando o trabalho deste profissional toma um caráter mais social, que compreende o ser humano em uma visão sócio histórica que está em constante transformação de si mesmo, do outro e do contexto social em que está imerso, mas tudo decorrente de um histórico profissional bastante novo (Senra e Guzzo, 2012).

A referência do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop, 2007) ganha contornos de maior relevância, já que direciona o trabalho do

psicólogo no CRAS, para uma modalidade interventiva congruente com o trabalho social, fortalecendo atividades já existentes de interação entre os moradores, sejam individualmente ou em grupos, incentivando a convivência familiar e comunitária fortalecendo os laços afetivos entre os diferentes atores sociais, no intuito de que as pessoas se reconheçam na condição de construtores dos seus espaços e contexto sociais, familiares e comunitários.

Nesse contexto, as ações desenvolvidas pelo psicólogo no CRAS são: acolhimentos, entrevistas, escutas qualificadas, orientações, visitas domiciliares, atividades socioeducativas, discussão de casos, orientações e palestras aos usuários, organização de atividades recreativas, participação em comissões relacionadas a políticas públicas e elaboração de documentos psicológicos (Reis & Cabreira, 2013). Estas atividades visam o fortalecimento de vínculos interpessoais, comunitários e institucionais. A efetividade da atuação do psicólogo está imbricada a sua capacidade de compreensão de sua inserção social, atuação interdisciplinar, bem como no estabelecimento de um elo de confiança com o cidadão, visando a promoção de vínculos familiares e prevenindo situações de riscos.

Para Zaith (2012), o desafio enfrentado pelo profissional da psicologia no CRAS está relacionado à sua inserção recente na Assistência Social. Isto desafia a ciência da psicologia na teoria, prática e método sugerindo questionamentos quanto à atuação e especificação do seu fazer. Nesse sentido, o CRAS trabalha com uma realidade multideterminada que envolve aspectos sociais, históricos, econômicos e subjetivos. O psicólogo ainda busca meios que venham facilitar sua atuação nas políticas públicas, já que sua formação ainda é precária na atuação social. Esta inovadora e recente atuação do psicólogo é um desafio a formação e ao trabalho nos espaços sociais e públicos (Zaith, 2012).

Partindo destes pressupostos, este artigo tem como finalidade, descrever a atuação do psicólogo no CRAS e identificar seus desafios no contexto de algumas unidades CRAS da região do Vale do Itajaí e Florianópolis – SC. A partir disto pretende-se contribuir para a discussão da atuação deste profissional, das dificuldades encontradas e as ações necessárias para a implementação da atuação do psicólogo nesta área.

Materiais e Método

Trata-se de um estudo qualitativo, exploratório e descritivo, realizado em uma amostra de conveniência, utilizando como técnica de coleta de dados a entrevista semiestruturada.

A presente pesquisa foi realizada durante o segundo semestre de 2014, participaram dessa pesquisa, nove psicólogas que atuam em CRAS na região do Vale do Itajaí e Florianópolis - SC. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas individualmente nos CRAS e tiveram duração aproximada de 20 minutos.

Após a gravação e transcrição dos conteúdos os dados foram analisados através do método de análise de conteúdo. Neste método o material coletado foi primeiramente explorado a partir de leituras flutuantes, a partir disto foram estabelecidas unidades de análise visando estabelecer posteriormente categorias e subcategorias (Minayo, 2012). O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Itajaí (parecer 704.588), sendo realizado obedecendo todos os preceitos éticos.

Resultados e discussão

A partir do tratamento das entrevistas emergiram três categorias e algumas subcategorias. Abaixo serão descritos os conteúdos categorizados, bem como a discussão do mesmo segundo a literatura.

Perfil dos Psicólogos do CRAS

Todos os participantes eram do sexo feminino com idade entre 26 a 44 anos de idade. O tempo de formação variou entre 02 à 22 anos de formação. A maioria das profissionais (70%) é formada há menos de 04 anos, todos graduados em instituições de Santa Catarina com exceção de um psicólogo formado no Paraná.

As nove entrevistadas foram contratadas através de concurso público para a área da saúde e foram direcionadas para atuarem no CRAS. Quanto a opção de trabalhar no CRAS, oito das nove entrevistadas relataram que não foi uma escolha inicial e somente para uma psicóloga este era seu desejo inicial. Isto pode ser observado nas falas abaixo. Para E2, “Trabalhar no CRAS não foi uma escolha na verdade, me remanejaram para o CRAS, nem sabia o que fazia um psicólogo aqui...” e “E3 - Não foi uma escolha, foi uma troca, eu era da saúde. Não tive preparo, nem sabia o que era CRAS, cai de paraquedas, busquei e continuo buscando conhecimento na literatura...”.

O desenvolvimento, a construção e a implementação de políticas públicas em diferentes setores têm colaborado, segundo Reis & Cabreira (2013), para o aumento das possibilidades de atuação do psicólogo. A inserção do profissional da psicologia na Assistência Social representa a concretização deste fato. Contudo, os psicólogos estão aprendendo o que é a PNAS e o SUAS na prática, ao serem contratados para trabalhar no CRAS. Os conteúdos que emergiram, de certa forma confirmam esta realidade, indicando que o psicólogo está ingressando neste ambiente sem clareza sobre a multiplicidade de atividades que pode realizar.

Pode se perceber pelos relatos que o número de concursos públicos nesta área tem aumentado, entretanto esta ainda não parece ser uma área de interesse do psicólogo. Isto também pode estar associado aos baixos salários pagos nesta área. Mas provavelmente, decorre ainda da ênfase dada à atuação na clínica durante a formação acadêmica. Fato que pode ser observado quando as psicólogas descrevem as especializações realizadas.

A abordagem utilizada na atuação do CRAS é bastante heterogênea, sendo que três profissionais possuem especialização na abordagem sistêmica, duas em TCC, uma em psicologia comunitária, uma em psicologia clínica, e uma em avaliação psicológica. Duas profissionais ainda não se especializaram. Ou seja, trata-se de um grupo de profissionais qualificado, em geral em uma abordagem clínica, fato que pode ser evidenciado nas falas de E1: “Aqui no CRAS uso a psicologia social, mas sou especialista em psicologia clínica, sempre fui...” e “E5 - Não tenho nenhuma abordagem específica, mas gosto de clínica. Gosto muito de trabalhar em grupo...”.

Segundo Leite (2013) desde o início da profissão do psicólogo há um predomínio da prática clínica, apesar de ter havido uma maior diversificação de áreas de atuação. Entretanto até que ponto a escolha pela atuação na psicologia clínica é de fato uma escolha do próprio

sujeito ou se dá durante a formação universitária. É bastante comum, encontrar na literatura, artigos que descrevam essa preferência, visto que a formação acadêmica ainda privilegia o contexto clínico. Embora as mudanças nas grades curriculares já reflitam esta nova tendência, inclusive pela criação das ênfases saúde e integralidade e organizações e comunidade, fato que reflete uma nova práxis.

No tocante a formação durante a graduação para atuação na psicologia social, apenas uma participante referiu ter uma formação adequada para atuação nessa área. Isto pode ser observado nas falas a seguir: “E4 - Prepara na teoria, bem pouco, mas não na prática. Me aprofundo no material do SUAS sempre, é ele quem me ajuda no dia a dia, mas na graduação, não prepara...” e “E8 - Não prepara, só depois que passei no concurso que era na verdade pra área da saúde, que comecei a estudar para entender o que fazer no CRAS...”.

As reformas curriculares têm buscado formar profissionais com mais conhecimento na área social, contemplando o ensino de políticas públicas e a atuação do psicólogo em diversos contextos. Talvez pelo tempo de graduação das participantes, estas não tenham tido em sua formação uma grade curricular que contemplasse plenamente esta área de atuação. Atuar em políticas públicas abarca diferentes campos de atuação como a assistencial social, a Justiça (Sistema Prisional, Tribunais de Justiça, Medidas Socioeducativas), a educação, a mobilidade humana, a saúde pública e mental, entre outras. Para auxiliar este profissional no seu trabalho foi criado um importante instrumento de referência, o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), que busca dar apoio técnico na área social (Conselho Regional de Psicologia, 2011).

Para Silva e Corgózinho (2011), os psicólogos estão atuando cada vez mais em políticas públicas, onde esses profissionais passam por um processo formativo que não os preparam para seus afazeres nesse campo, dado que a implementação do SUAS é muito recente, assim como as produções psicológicas específicas são carentes neste âmbito e ainda que a psicologia social e comunitária desenvolvam material, não são suficientes para orientar a atuação e sanar as dúvidas do psicólogo no âmbito do CRAS.

Atividades desenvolvidas nos CRAS.

Oito entrevistadas descrevem que atendem população em situação de vulnerabilidade, beneficiários do Programa Bolsa Família, do Serviço Benefício de Prestação continuada (BPC) e Programa de Atenção Integral à Família (PAIF). Os participantes referem que além de atender a população descrita acima, prestam acolhimento a qualquer pessoa que precise da assistência social. E2: “Atendo a população em vulnerabilidade, em situação de risco, beneficiários do bolsa família, BPC...” e “E6 - Atendemos qualquer população em situação de risco, que precise da assistência social, que se encontre vulnerável socialmente...”.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2009), o público alvo do CRAS é a população que se encontra em situação de vulnerabilidade social, em função da ausência ou privação de renda e que vivem em situações de discriminação étnica, etária, de gênero ou de deficiência, entre outras. O papel do psicólogo que atua com a demanda que se encontra em vulnerabilidade social, vai além das cartilhas educativas e da própria formação. Trata-se de um profissional que precisa atuar com uma visão mais

humanista, que requer uma maior reflexão sobre a melhoria das condições sociais, mas especificamente de uma sociedade que ainda esbarra na exclusão social.

No tocante as atividades e serviços desenvolvidos no CRAS os participantes descreverem realizarem os seguintes serviços: Acolhida, cadastro das famílias, visitas domiciliares, atendimento psicossocial individual e em grupo, orientações, atividades socioeducativas, busca ativa e encaminhamentos, o que pode ser demonstrado nas falas de E1: “Eu faço acolhida, cadastro das famílias, visitas domiciliares, atendimento psicossocial individual e grupal, orientações, atividades socioeducativas, busca ativa e encaminhamentos...”; “E2 - Aqui no CRAS eu realizo visitas domiciliares, cadastro de usuários, orientações, e encaminhamentos...” e “E5 – Faço o fortalecimento de vínculos e proteção básica, encaminhamentos e visitas domiciliares...”.

No CRAS são desenvolvidas atividades visando dar alívio e promover a ruptura com o ciclo intergeracional da pobreza, proporcionando autonomia e desenvolvimento as famílias que vivem em um país marcado pelas as desigualdades sociais, gerando um grande desafio na construção de uma rede de proteção social (Crepop, 2007). Percebe-se que em relação às atividades desenvolvidas no CRAS, todas as psicólogas desenvolvem serviços que visam o bem-estar e alívio imediato de situações que fogem do controle desses indivíduos, sempre com um enfoque de promoção do empoderamento.

Os psicólogos descrevem que sua práxis consiste em realizar atendimento psicossocial, participar do programa de atenção integral às famílias PAIF, realizar escuta qualificada, aconselhamento, atividades de grupo, oficinas, fortalecer vínculos e realizar encaminhamentos para a rede. E6 descreve que: “Aqui no CRAS, eu realizo visitas domiciliares com a Assistente Social, organizo grupos de convivências, grupo de mulheres, o PAIF, oficinas de artesanato, oficinas de grupos...”.

Através das atividades descritas os psicólogos referem contribuir à autonomia social dos usuários. Para o CREPOP (2007) uma das atividades desenvolvida pelo psicólogo juntamente com a equipe do CRAS é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), trabalho continuado de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, através de ações de caráter proativo e preventivo, a partir da compreensão dinâmica do sujeito e numa perspectiva de integralidade, considerando o contexto sócio histórico e psicológico.

Quanto a elaboração de laudos e parecer psicológico, todas as participantes referem realizar relatórios psicossociais, que são integrados aos processos diários dos serviços do CRAS. Entretanto, apenas três psicólogas foram solicitadas a elaborar relatórios psicológicos por solicitação de magistrados. Segundo E1: “A gente não realiza laudo psicológico e sim relatório de acompanhamento social...” e “E6 - Não faço parecer ou laudo psicológico, faço somente relatório de acompanhamento social da demanda, mas parecer, nunca fiz...”

O SUAS preconiza a atenção integral as famílias, que fundamenta a proteção social básica no serviço do CRAS. Para Reis e Cabreira (2013) isto limita de alguma forma as atividades realizadas pelos psicólogos, como parecer e laudos, pois o psicólogo do CRAS é requerido a desenvolver ações de âmbito social, cujos pareceres visam o diagnóstico da realidade social da comunidade ou da família como grupo e não como indivíduo isolado. Quando questionadas sobre a confecção de pareceres psicológicos, todas as entrevistadas

referem que esse não é o serviço do psicólogo, salvo quando requerido por um agente jurídico, quando da necessidade de uma intervenção legal. Geralmente esse trabalho é realizado na forma de um relatório social, solicitado pelas instituições que recebem os encaminhamentos do CRAS.

Desafio e dificuldade de atuação no CRAS

A maioria dos participantes (8) refere que a interação com os profissionais do CRAS é adequada. Fato que pode ser percebido nas falas abaixo. Para E2: “É muito bom o trabalho com a minha equipe...” Já para “E3 - Não existe boa interação, aqui nunca sou ouvida, não dão valor ao trabalho que realizo, nem sei o que faço aqui...”.

A fala dos participantes vai contra os achados da literatura, que descrevem uma redução de atividades realizadas de forma integrada ou interdisciplinar no CRAS (Reis & Cabreira, 2013). Isto pode sugerir certo distanciamento entre a proposta do serviço psicossocial e a realidade encontrada nas instituições. Dessa forma, é necessário que sejam realizadas práticas mais integrativas, envolvendo toda a equipe que trabalha no CRAS. A fala de uma das participantes é mais condizente com esta realidade e reflete as dificuldades relacionadas à interdisciplinaridade, onde o serviço prestado pelo psicólogo ainda é pouco reconhecido.

Quanto ao apoio da gestão pública, à maioria dos participantes refere pouco ou nenhum apoio público, tanto no que diz respeito à infraestrutura física da instituição, quanto a deficiência da contratação de profissionais técnicos. Para E2: “É mais complicado essa questão de apoio, temos autonomia para realizar nosso trabalho, mas falta equipe técnica, isto sobrecarrega, faço hora extra porque falta funcionário...”; “E3 - Falta verba para o CRAS, isto prejudica nossos projetos sociais, o apoio é mínimo da gestão, falta incentivo...”.

O psicólogo dos serviços públicos vivencia as consequências da má gestão pública na saúde ou social. Sente o impacto das mudanças administrativas e as repercussões da falta de investimentos tanto a nível comunitário como público. Ainda que tenha seu cargo e salário garantidos, sofre com o medo da instabilidade, já que depende da gestão pública (Senra & Guzzo, 2012). Observa-se que a grande maioria dos participantes eram provenientes de outras áreas, sendo remanejados para o CRAS, sendo provenientes de outros setores, devido à falta de funcionários na instituição. Ainda foram levantadas questões referentes à equipe técnica reduzida, a falta de apoio das gestões para a melhoria do espaço físico e a falta de investimentos para a realização de projetos destinados a demanda que busca os serviços do CRAS, impedindo muitas vezes, que seja concretizada a política social.

Ainda sobre a atuação do psicólogo à maioria das participantes cita a falta de conhecimento sobre sua atuação no CRAS, tanto pela população quanto pelos profissionais. Isto é percebido nos relatos de E5: “É a população que vê o psicólogo do CRAS como clínico, conscientizar a população da atuação psicossocial do psicólogo do CRAS e não clínico...”; e “E6 - Mostrar o que faz o psicólogo no CRAS, muita gente não entende por achar que é terapia, nem a equipe entende nosso serviço no CRAS...”.

O Conselho Federal de Psicologia (Crepop, 2007) sugere que o atendimento psicoterápico não deve ser efetuado no âmbito da Proteção Social Básica, cabendo aos psicólogos promover junto aos usuários, ações que possibilitem emancipação e autonomia

na gestão da própria vida. Na Assistência Social a demanda é claramente focada nas pessoas em situação de pobreza extrema, e nesse caso, os psicólogos não devem efetuar psicoterapia, conforme orientações do MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009).

Em uma abordagem inicial do campo de trabalho no setor do desenvolvimento social como no CRAS, seria possível um desconhecimento acerca do papel do psicólogo na assistência social. Os usuários deste serviço, bem como os próprios profissionais que fazem parte da equipe técnica, conforme os relatos das entrevistadas, ainda procuram o CRAS para receber do psicólogo, atendimento psicoterápico, voltado diretamente para uma compreensão do fenômeno psicológico como dado da intimidade de indivíduos naturalmente determinados e sujeitos a idiossincrasias intangíveis em qualquer método objetivo.

Em uma reflexão mais avançada, o próprio Conselho Federal de Psicologia (2011) e diversos outros autores (Reis & Cabreira, 2013, Senta & Guzzo, 2012) já demonstram que as expectativas e demandas da sociedade brasileira com relação a profissão do psicólogo estão diretamente relacionadas com o exercício profissional, e este, com a formação profissional em Psicologia. Diante disto, é importante ressaltar a necessidade de conscientizar a população acerca do papel do psicólogo atuante na assistência social, bem como desenvolver novas tecnologias.

Considerações finais

Ao nos depararmos com o problema do perfil do Psicólogo para atuação nos CRAS, retomamos a reflexão acerca dos condicionantes da atuação e as necessidades profissionais propostas nos contextos emergentes.

A inserção do psicólogo brasileiro nas políticas públicas e em seu compromisso com a sociedade tem sido pautada desde a década de 70 (Macedo et al, 2011). Aludem estas reflexões sobre a condição necessária ao profissional como homem de ciência e de campo. Demonstram a transformação do perfil profissional a partir do final da década de 80. Indicam a importância dos encontros entre a universidade e a construção de novos espaços de atuação no contexto público e coletivo. Refletem que a formação profissional em Psicologia passava a assumir novos desafios na direção de fomentar consciência cidadã e capacidade tecnológica para as novas demandas de atuação.

Os resultados desta pesquisa indicam que a atuação do psicólogo no CRAS, ainda é recente e permeada por dúvidas sobre seu papel nesse contexto. É necessário buscar durante a formação acadêmica, a apropriação de conhecimentos necessários ao fortalecimento da atuação profissional, rompendo com as representações dos estudantes de psicologia, que ainda enxergam o curso com olhar clínico somente.

Esse entendimento remete a importância de valorizar uma formação voltada para um olhar capaz de problematizar as necessidades da sociedade brasileira, instrumentalizado por epistemes e estratégias de trabalho e pesquisa que desloquem a habitual perspectiva naturalizante da compreensão das psicologias para outras historicizadas que tomem o fenômeno psicológico como múltiplo, diverso e político. Neste sentido, a ocupação técnica de novos espaços de trabalho em dispositivos de políticas públicas como o CRAS, deve

representar o incremento da responsabilidade científica e ética na atuação em contextos da sociedade em que vivemos.

Considerando que o trabalho do psicólogo é direcionado a uma demanda que se encontra em vulnerabilidade social e situação de risco, podemos compreender que as práticas oferecidas por esse profissional são voltadas para a atenção psicossocial. Desta maneira, contrapõe-se os processos de sofrimento e limitação ao acesso aos bens socioculturais com estratégias de valorização e fortalecimento de pessoas, famílias e comunidades.

Esta pesquisa propiciou refletir sobre a importância de se conhecer os desafios enfrentados pelo psicólogo no CRAS. Sugere-se então, a reflexão da formação acadêmica quanto a suas implicações éticas e epistemológicas. Neste sentido, novas pesquisas sobre o tema, são importantes para atuar e construir novas perspectivas intelectuais e práticas que reflitam as demandas da sociedade em seus embates com o Estado na geração de políticas públicas de assistência social.

Referências

Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. (2007). Referência Técnica para a atuação do (a) psicólogo (a) no CRAS/SUAS. Brasília: Conselho Federal de Psicologia. <http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/artes-graficas/arquivos/2008-CREPOP-CRAS-SUAS.pdf>

Conselho Regional de Psicologia. (2011). Guia para o exercício profissional: Psicologia: legislação, orientação, ética, compromisso social. Revista editada e ampliada (ed.3). Belo Horizonte: Minas Gerais. <http://www.crpmg.org.br/CRP2/Image/Guia%20Informativo%20do%20Psicologo.pdf>

Leite, P. R. L. (2013). Em busca dos gêneros e estilos das atividades dos psicólogos clínicos autônomos. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. Acessado em 22 de novembro de 2014, de http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/tde_arquivos/19/TDE-2014-07-01T154012Z-2649/Publico/arquivototal.pdf.

Macedo, J. P.; de Sousa, A. P.; de Carvalho, D. M.; Magalhães, M. A.; de Sousa, F. M. S.; Dimenstein, M. O psicólogo brasileiro no SUAS: quantos somos e onde estamos? *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 16, n. 3, p. 479-489, jul./set. 2011 <http://www.scielo.br/pdf/pe/v16n3/v16n3a15>

Minayo, M. C. S. (2012) Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciênc. saúde coletiva*, v. 17, n. 3, 621-626. http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000300007&lng=en

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2005). Guia de Orientação Técnica Suas Nº1: Proteção Social Básica De Assistência Social [on-line]. Brasília. Acessado em 06 de junho de 2017, de http://www.pg.pr.gov.br/ctmas/wp-content/uploads/2011/07/guia_orientacao_tecnica.pdf

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2009). Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social. CRAS, ed.1. Brasília.

http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/acoes_afirmativas/aa_diversos/MDS-Ori.Tec.CRAS.pdf

Reis, R. G. & Cabreira, L. (2013). As políticas públicas e o campo: e o Psicólogo com isso?. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33, 54-65. Recuperado em 20 de julho de 2017, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932013000500007&lng=pt&tln=pt.

Senra, C. M. G.; & Guzzo, R.S.L. (2012). Assistência social e psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 293-299. <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24n2/05.pdf>

Silva, J. V.; & Corgozinho, J. P. (2011). Atuação do psicólogo, SUAS/CRAS e psicologia social comunitária: possíveis articulações. *Psicologia & Sociedade*, 23,12-21. www.ufrgs.br/seerpsocsoc/ojs/include/getdoc.php?id=3181&article=991...pdf

Zaith, M.C. (2012). Os Principais Desafios Enfrentados Pelos Psicólogos no CRAS. *Psicologia. Psicologados: Artigos [on-line]*. Acessado em 19 de maio de 2014, de <https://psicologado.com/atuacao/psicologia-comunitaria/os-principais-desafios-enfrentados-pelos-psicologos-no-cras>.

Recebido em:07/08/2017

Aprovado em: 13/11/2017.